

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2016
(Do Sr. NELSON MARCHEZAN JUNIOR)

Solicita informações ao Exmo. Ministro de Estado das Comunicações sobre outorgas de radiodifusão educativa às instituições de ensino superior que ofertam cursos de graduação em Comunicação Social.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, §2º da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações sobre outorgas de radiodifusão educativa às instituições de ensino superior que ofertam cursos de graduação em Comunicação Social, em atenção às seguintes questões:

1. Quantas instituições de ensino superior públicas e privadas que oferecem graduação/bacharelado presencial em Comunicação Social, detêm outorgas de radiodifusão educativa? Quais os respectivos percentuais em relação ao total de instituições de ensino superior que ofertam cursos de graduação/bacharelado presencial em Comunicação Social?
2. Há medidas de preferência sendo implementadas para a outorga de radiodifusão educativa destinadas a instituições do ensino superior que ofertam cursos de Comunicação Social?

JUSTIFICAÇÃO

A história da regulação da radiodifusão no Brasil é marcada por grande centralização das atribuições de outorga e de renovação de outorga no Poder Executivo Federal, e por grande discricionariedade do agente público. Ao longo das décadas, houve alguns avanços normativos com a incorporação do Poder Legislativo ao processo e com tentativas de direcionar a seleção das outorgas para que os serviços de radiodifusão efetivamente vinculem-se às características de suas modalidades comercial, comunitária e educativa.

No caso da radiodifusão educativa, que se destina à transmissão de programas educativo-culturais, há um amplo espectro de atividades relacionadas à divulgação educacional, cultural, pedagógica e de formação e orientação profissional. Em especial, destaca-se o papel fundamental que exercem na formação inicial dos futuros profissionais da área de comunicação.

Um breve levantamento realizado, em 25.02.2016, no Cadastro das Instituições de Ensino Superior, mantido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação apontou que há 457 instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação/bacharelado presenciais em Comunicação Social, sem contabilizar cursos divididos em subáreas ou instituições que mantêm cursos em diferentes *campi*. Observados apenas os dados relativos aos cursos, temos que há 732 cursos em atividade, 108 em extinção e 335 extintos.

Mais recentemente, houve alterações na sistemática de outorgas de concessão e permissão para a execução dos serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa. Tanto a Portaria MC nº 355, de 2012, quanto aquela que a sucedeu, a Portaria MC nº 4.335, de 2015, entre outras mudanças, buscaram dar preferência às pessoas jurídicas de direito público interno, em razão do disposto no §2º do art. 34 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Estabeleceu-se, assim, uma lista que classifica a

ordem de preferência das instituições, inclusive no caso de serem pessoas jurídicas de direito privado.

Nossa intenção com o presente Requerimento de Informação é conhecer em que medida esta metodologia tem sido eficiente em atender àquelas instituições de ensino superior que ofertam cursos de comunicação social, que deveriam ser, a nosso ver, priorizadas na outorga de serviços de radiodifusão educativa.

Sala das Sessões, em de de 2016 .

DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR

(PSDB – RS)